



# FRAGILIDADES URBANAS: O HABITAR EM LINHA DE RISCO

Há mais de um ano uma frase é repetida por (quase) todos ao redor do mundo: “fique em casa”, “fique em casa”, “esse é o novo normal”. Cabe a nós refletir: Quem pode ficar em casa? Quem tem casa? Quem tem água encanada, energia elétrica, acesso garantido a qualquer serviço público a partir da sua moradia? Esta trata-se de um lugar que há muito tempo é de extrema importância para as sociedades humanas e, agora mais do que nunca, influencia todas as nossas atividades do cotidiano, e expõe as desigualdades de uma sociedade na qual uma moradia digna e adequada está por vezes mais próxima de um “privilegio” do que de um direito constitucional. No Brasil, o atual cenário político é de completo descaso e desprezo com a vida, com suas mortes diárias por COVID 19 e o desmonte de políticas públicas e de direitos sociais, o que inclui, por exemplo, as políticas habitacionais voltadas às classes mais baixas e beneficiadas até então com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

De acordo com o Ipea, o déficit habitacional brasileiro é atualmente de cerca de 7,9 milhões - ou seja, são quase 8 milhões de moradias que apresentam algum nível de precariedade (estrutura improvisada, coabitação familiar, aluguel elevado, adensamento excessivo) e são, portanto, inadequadas para habitação. Fora desse número, entretanto, ainda existem diversas outras residências que carecem de infraestrutura básica e acesso a serviços públicos de qualidade em sua região. Essa problemática é agravada com o novo programa habitacional lançado pelo atual governo de Jair Bolsonaro, o “Casa Verde e Amarela”, cuja política pouco abrangente volta a não priorizar a produção habitacional, assessorias técnicas e regularização fundiárias à famílias com renda mensal até R\$ 2 mil, que compõe o grosso dos dados de déficit habitacional no país<sup>1</sup>. Além disso, não se pode excluir o fato de esse programa determinar a mínima intervenção do estado e do dinheiro público na habitação e a entrega total da produção habitacional e dos financiamentos aos setores imobiliários, às empreiteiras e ao mercado financeiro, marcando os processos contemporâneos de financeirização das moradias, seguindo os princípios neoliberais.

É de nossa extrema responsabilidade, enquanto estudantes de Arquitetura e Urbanismo, levantar o questionamento do habitar para além da estrutura física da casa e como um direito que deve caminhar cada vez mais para que seja acessível às várias classes sociais brasileiras, e não tanto como um privilégio de uma elite econômica. A pandemia evidenciou muito claramente a brutal divisão da sociedade brasileira: aqueles que podem permanecer em casa em quarentena, aqueles que não têm esse direito pelas precárias condições de trabalho e aqueles que nem sequer têm uma estabilidade habitacional ou um abrigo seguro para morar. É em meio a esses panoramas que a VII Semanau propõe-se a lançar suas discussões e diversificar os debates atuais que envolvem a habitação em cinco eixos principais.

<sup>1</sup> <https://www.google.com/url?q=https://www.observatoriodasmetro-poles.net/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/&sa=D&source=editors&ust=1622341108437000&usg=AOvVaw1xmsGKBCAgb4KJySXWYbfO>.

O primeiro, para introduzir a temática, trata-se de uma discussão teórica e histórica do significado das palavras “morar” e “habitar”. Acredita-se que há uma diversidade de visões da abrangência dessas palavras e o modo como os habitantes vivem na cidade e suas moradias. Inclui-se nisso os constantes deslocamentos para o trabalho, o acesso à cidade e aos espaços públicos, à qualidade das habitações de nossas cidades e, sobretudo levantado pela pandemia, a salubridade da construção de nossos espaços e as adequações construtivas para evitar as aglomerações.

Isso já induz o segundo eixo, o questionamento de o quanto o ensino e a produção de arquitetura e urbanismo é por vezes descolado da realidade brasileira, o quanto essas ideias são implementadas sem mediações desde o período colonial ou como referências internacionais desterritorializadas. Desse modo, propõe-se levantar formas de arquiteturas “não convencionais”, pouco reconhecidas e que debatem modos alternativos de morar no país. Trata-se, acima de tudo, de um resgate das tradições locais e culturais que a historiografia invisibilizou ao longo dos séculos.

Em questionamento a esses modelos de urbanização e planejamento urbanos implantados no país, levantam-se, no terceiro eixo, o papel do plano diretor como instrumento mais usual da atualidade de idealização e ordenamento das cidades e também o imaginário que propõe cidades de formas alternativas ou não convencionais. A insustentabilidade dos modos de viver urbanos traz a reflexão constante da figura do(a) arquiteto(a) e urbanista: trata-se de um reproduzidor desses modelos nocivos ao próprio ambiente e sociedade em que se inserem ou um crítico que propõe novas soluções a esse contexto hostil?

A questão da moradia e de sua espacialidade na cidade são evidências claras de um modelo de urbanização pensado ainda entre centros e periferias. Nesse cenário, ainda é muito clara a relação entre a localização das formas de habitação e a divisão das classes brasileiras. O quarto eixo aborda tal fenômeno, o qual se intensifica nos processos urbanos contemporâneos em meio a um déficit habitacional histórico que só tende a crescer no Brasil com a financeirização e a segregação espacial. Além disso, há uma necessidade urgente de repensar os programas habitacionais e políticas públicas que geralmente só reforçam essa ideia de centro e periferia e desloca as pessoas para cada vez mais longe dos meios urbanos para adquirirem suas próprias moradias.

Como se não bastasse essa conjuntura caótica, a pandemia do COVID 19 e a quarentena reforçam ainda mais essa carência de locais e condições seguras de habitar. Na emergência do novo normal de permanecer em casa, questiona-se quais são as classes e grupos sociais que têm essa condição e esse direito no Brasil; no momento em que o espaço do morar se torna extremamente importante as remoções e despejos de comunidades continuam a acontecer e a luta dos movimentos de moradia intensificam suas atividades na garantia das mínimas formas habitacionais existentes. O quinto eixo trata portanto dessas questões, sendo de suma importância a visibilidade e defesa dessas lutas em consideração à grande quantidade de mortos e infectados pelo Coronavírus em âmbito nacional.

